



## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **O Governo deve estabilizar os preços, para diminuir a pressão dos pequenos lojistas e dos grupos de baixos rendimentos**

Com o aumento dos preços em todo o mundo, subiu o preço da gasolina, gás, electricidade e fruta em Macau, e conseqüentemente, o dos transportes e serviços, bem como o índice de preços dos alimentos e bebidas não alcoólicas.

De acordo com os últimos dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em relação ao mesmo período do ano passado, o índice de preços no consumidor geral de Março aumentou 1,07%, e o de Abril, 1,06%. Na realidade, já se tem verificado um aumento deste índice ao longo de vários meses. Além disso, as recentes guerras e sanções perturbaram a retoma da economia global, e em resultado disto, os combustíveis, alimentos, peças industriais e transportes ficaram mais caros. Mais, vão ser injectadas no mercado milhares de milhões de patacas no âmbito do novo programa de benefícios de consumo por meio electrónico. De acordo com as análises, a conjugação de tudo isto vai levar o índice ao nível mais alto após o surto de Covid-19.

A economia de Macau é pequena e virada para o exterior, sem poder de fixação de preços, e não consegue sair ilesa dos impactos externos. O aumento dos preços dos combustíveis e alimentos, aliado ao gargalo na cadeia de fornecimento, fez subir os custos de funcionamento das empresas, e logo, os preços dos produtos. Muitos lojistas e consumidores já estão a sentir a pressão provocada pelo aumento dos custos e preços. Na minha recente visita aos mercados e estabelecimentos comerciais, recebi queixas de vários vendilhões e residentes. Os vendilhões e as pequenas e médias empresas estão a deparar-se com a pressão dos custos e preços praticados, enquanto os residentes têm pouca vontade de consumir, pois o consumo diário está a ser afectado.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

É de sublinhar que a flutuação dos preços atinge os consumidores de diferentes classes em graus muito diferentes. A alta inflação e os preços elevados não afectam de forma significativa os hábitos de consumo e o padrão de vida dos grupos com altos rendimentos, enquanto os grupos de baixos rendimentos são menos resistentes ao aumento de preços, e o agravamento da inflação de base afecta directamente a sua vida, enfraquecendo o seu consumo de bens de primeira necessidade, e originando mesmo *stress* e nervosismo. Neste sentido, o efeito de alavanca na economia e consumo, pretendido no programa de benefícios de consumo por meio electrónico, pode sair enfraquecido. Por isso, não podemos limitar-nos a olhar para os dados globais sobre o aumento de preços, e as políticas não devem ser lineares. É urgente encontrarmos soluções para acabar primeiro com o impacto negativo do rápido aumento de preços para as famílias, e melhorar efectivamente a qualidade de vida da população.

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Como é que o Governo vai garantir a eficácia das medidas de resposta, para que a qualidade de vida dos grupos de baixos rendimentos não seja enfraquecida pelo aumento de preços? O Governo deve retirar ensinamentos das várias rondas de apoio financeiro, e aprender com a experiência das regiões vizinhas, para melhorar a fiscalização sobre os índices de consumo relevantes para a vida da população, no sentido de evitar irregularidades como a subida, com má fé, dos preços. Já o fez?

2. O sector da logística e transportes receia que os custos subam mais, devido à mudança do terminal marítimo. O Governo deve tomar a iniciativa de intervir e usar os seus bons ofícios através do mecanismo interdepartamental, no sentido de apoiar o sector da venda a retalho e por grosso a resolver as suas dificuldades ao nível dos transportes e funcionamento, minimizando o aumento dos custos intermediários. Isto para evitar que os vendilhões e as PME sejam permanentemente afectados pela pressão dos custos e preços praticados. Vai fazê-lo?

3. Caso necessário, os serviços competentes devem, no âmbito das políticas de subsídios, reforçar o investimento no banco alimentar, atribuir senhas alimentares às



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

famílias com baixos rendimentos que não beneficiam da segurança social, e apoiar organizações não governamentais a prestar apoio alimentar. Isto para garantir a sobrevivência dos residentes da classe baixa, e resolver efectivamente as suas dificuldades. Vai fazê-lo?

9 de Junho de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM  
Lo Choi In**